

APRESENTAÇÃO

Sedi Hirano^a

Escrito entre dezembro de 1963 e janeiro de 1964, o texto “A industrialização e a crise do Poder” foi o trabalho final entregue na disciplina Sociologia Industrial e do Desenvolvimento, ministrada por Fernando Henrique Cardoso, primeiro assistente da Cadeira de Sociologia I, no formato de Regime Especial de Trabalho¹.

O curso enfatizava fortemente a análise da conjuntura nacional, em diálogo com a questão do desenvolvimento e das bases para o processo da industrialização, esta contínua e estável, no marco da modernização e racionalização da sociedade brasileira. Visto na atualidade, o texto apresenta forte perspectiva economicista e explora a articulação entre as esferas política e econômica, tendo esta última primazia. É também expoente do pensamento da época, refletindo o caráter da formação do sociólogo no período: o professor Florestan Fernandes era defensor da uma utopia do desenvolvimento e incentivava os alunos a uma formação teórica refinada como instrumento de análise da realidade brasileira, incluindo os fatos da conjuntura nacional.

Naquela época, vivenciavam-se os fatos históricos mencionados no trabalho, que refletiam os impasses do processo de industrialização do país. Inscrevem-se aí a questão do Congresso Nacional e de sua atuação durante o governo João Goulart. Foi um período crítico, em termos econômicos, políticos e sociais, em que explodiram rebeliões e manifestações operárias, reivindicando as chamadas reformas de base e a ampliação dos direitos sociais.

Nesse bojo, destaca-se no texto a análise da revolta dos sargentos, cabos e suboficiais, que teve como motivação básica uma decisão do Supremo Tribunal Federal, reafirmando a inelegibilidade dos militares de baixa patente ao Legislativo, conforme definido pela Constituição de 1946. A rebelião ocorreu no dia 12 de setembro de 1963. Cerca de seiscentos cabos, sargentos e suboficiais da Aeronáutica e da Marinha se apoderaram dos prédios onde estavam instalados o Departamento Federal de Segurança (DFS), a Estação Central da Radiopatrulha, o Ministério da Marinha, a Rádio Nacional e o Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos (DTVI).

a Professor Emérito do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.

1 Regime Especial de Trabalho era o nome que se dava a um estudo concentrado em uma das três áreas das Ciências Sociais: Sociologia, Antropologia e Ciência Política.

As comunicações com o resto do país foram cortadas e, além disso, um grupo de cento e cinquenta cabos e sargentos tentou ocupar o Ministério da Aeronáutica, sem sucesso². A revolta, mesmo sendo considerada isolada, congregava as contradições políticas, sociais e militares da época. O citado acontecimento teve o apoio de deputados federais de esquerda, como Sérgio Magalhães, Neiva Moreira, Lamartine Távora e Marco Antônio Coelho, incluindo os representantes da Frente Parlamentar Nacionalista. Destaque-se que todos os que se situavam à margem esquerda hipotecaram solidariedade. Essas tensões crescentes, radicalizadas pelas esquerdas, abriram brechas que resultariam no Golpe Militar de 1964, que teria lugar três meses após a finalização deste trabalho.

No mês seguinte à revolta dos sargentos, a entrevista concedida a um jornalista estadunidense pelo governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, repercutiu negativamente entre os ministros militares que pressionaram Jango a solicitar, junto ao Congresso Nacional, a decretação do estado de sítio por trinta dias. Contudo, o temor de que a suspensão das liberdades públicas viesse a permitir a repressão aos movimentos de esquerda fez a bancada petebista mudar de ideia, somando-se aos grupos conservadores de direita e retirando seu apoio a Jango. Note-se que a direita, desde o início, manifestara-se contrária ao estado de sítio, temerosa do excessivo poder que seria concedido ao presidente. A perda dos parlamentares resultou na retirada, da parte de Jango, do pedido de estado de sítio³.

Mas não cabe a esta breve apresentação encerrar a análise dos fatos, e, sim, antes, introduzi-los em favor da inteligibilidade do texto. Vale destacar, nesses parágrafos finais, que o presente trabalho foi considerado publicável pelo professor Fernando Henrique Cardoso, que se propôs a encaminhá-lo à Revista Brasileira, na época, o principal veículo de comunicação dos intelectuais de esquerda. Entretanto, após a fatalidade do golpe, o professor Fernando Henrique teve de se exilar no Chile, afastando-se da Cadeira de Sociologia I da Universidade de São Paulo. Logo depois, fui indicado por Florestan Fernandes para a vaga de instrutor extra-numerário dessa Cadeira, na mesma Universidade.

Antes de encerrar, agradeço aos pesquisadores que apoiaram e possibilitaram a publicação deste texto: Tatiana Helena Lotierzo, Luis Felipe Kojima Hirano, Ailton Teodoro Pereira e, em nome da Comissão Editorial da Revista Plural, também a Lucas Amaral de Oliveira.

2 BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (CPDOC); Forense-Universitária e FINEP.

3 *Idem, ibidem*.